

LAÇOS DE CARINHO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Elexandro Rangel dos Santos¹

Isabelly Cristina Berger²

Luciara Loureiro Nunes Palermo³

Fabiano de Mello Vieira⁴

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar aspectos da relação mãe-filhos(as) em uma família de São José dos Pinhais (PR) vítima de violência doméstica, identificando possíveis consequências desses episódios para o desenvolvimento infantil. Fundamentado na psicanálise – especialmente na teoria do apego de John Bowlby (2004) – e articulado com o conceito foucaultiano de biopoder e as reflexões de Bell Hooks (2023) sobre educação feminista, o trabalho buscou problematizar os impactos subjetivos da violência e a importância de práticas educativas e afetivas. A metodologia empregada foi o estudo de caso, com seis encontros semanais entre dezembro de 2024 e março de 2025, realizados em ambiente institucional. Os encontros envolveram entrevistas estruturadas com roteiro de anamnese e atividades lúdicas para as crianças, visando à expressão simbólica e à observação das dinâmicas familiares. Ao longo do processo psicanalítico e psicoeducativo, a mãe foi estimulada a adotar novas práticas afetivas, como verbalizar carinho e organizar momentos exclusivos com cada filha, fortalecendo vínculos fragilizados.

Palavras - chave: Psicologia do desenvolvimento. Violência doméstica. Apego. Vulnerabilidade.

¹ Aluno do 3º período do curso de Psicologia da FAE Centro Universitário. Voluntário do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2024-2025). *E-mail:* elexandro.santos@mail.fae.edu

² Aluna do 3º período do curso de Psicologia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2024-2025). *E-mail:* isabelly.berger@mail.fae.edu

³ Aluna do 3º período do curso de Psicologia da FAE Centro Universitário. Voluntária do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2024-2025). *E-mail:* luciara.palermo@mail.fae.edu

⁴ Orientador da Pesquisa. Doutor em Filosofia pela PUCPR. Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail:* fabiano.vieira@fae.edu

INTRODUÇÃO

O Brasil enfrenta desafios importantes no que diz respeito à violência doméstica, e esses desafios têm implicações profundas no desenvolvimento infantil. Os índices de violência doméstica no país são alarmantes, com centenas de casos registrados e um aumento significativo nos indicadores referentes às taxas de feminicídio e relatos de violência contra as mulheres nos últimos anos.

Com base nos dados disponíveis nos Portais de Transparência e Segurança Pública, o Brasil alcançou a marca de 11.627 vítimas de feminicídio no período entre 2015 e 2024, com uma variação de 170% no período, que corresponde a uma média de 3 ocorrências por dia em todo o país. De acordo com os dados disponibilizados no SINESP (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública) o estado do Paraná ocupa a sexta posição em número de vítimas, a capital Curitiba lidera o *ranking* com 40 ocorrências e o Município de São José dos Pinhais apresentando dez casos registrados no mesmo período (Brasil, 2025).

Laura Gutman (2024, p. 281) afirma que “o nível de violência que cada um de nós exerce em relação a si mesmo ou em relação ao outro é diretamente proporcional ao desconhecimento de si mesmo”. Nesse sentido, possibilitar um momento de reflexão e, principalmente, dar um lugar de fala a essas famílias que vivenciaram situações de violência ao longo de suas vidas passa a ser fundamental para a reconstrução subjetiva de todas as pessoas envolvidas.

John Bowlby (1990, p. 2) assevera que todos os psicanalistas

reconhecem, por exemplo, a importância vital de uma relação estável e permanente com uma mãe (ou mãe-substituta) amorosa durante toda a infância, e a necessidade de aguardar a maturação antes de arriscar intervenções tais como o desmame e o treinamento de hábitos pessoais de higiene - e, na verdade, todas as outras etapas na ‘educação’ de uma criança[...]

Bowlby ressalta ainda que a relação entre mãe e filho(a) deve ser de satisfação e prazer onde uma criança precisa se sentir como objeto de prazer e de orgulho para a sua mãe, da mesma forma que uma mãe necessita sentir uma expansão de sua própria personalidade na personalidade da criança (Bowlby, 2001, p. 78). Ou seja, uma relação mãe-filho deve ser norteadas por uma série de investimentos psíquicos mútuos que configuram, por um lado, o desenvolvimento de uma relação de parentalidade por onde devem ser criadas as “condições materiais e discursivas para que uma nova geração se constitua subjetivamente” (Iaconelli, 2023, p. 109), e por outro o estabelecimento de uma relação com um Outro necessário para essa mesma constituição.

No entanto, por vezes essa troca mútua é abalada por episódios que desconfiguram e/ou desestabilizam essa relação de maneira direta ou indireta. O atravessamento pelas questões sociais que envolvem essa relação é inevitável, principalmente quando se trata de uma situação de vulnerabilidade. O fenômeno da violência doméstica é, sem dúvida, um dos grandes responsáveis na desordem do processo de desenvolvimento infantil. Seja através de agressões sofridas diretamente ou pela observação de vivências violentas em casa, uma criança certamente carregará marcas profundas dessa relação.

Não obstante, na análise mais detalhada do fenômeno é possível identificar aspectos estruturais construídos desde muito tempo e que se mostram intensificados quando se aplica uma leitura interseccional.

Nesse sentido, a presente pesquisa teve como objetivo analisar aspectos da relação mãe-filhos(as) em uma família residente no Município de São José dos Pinhais vítima de episódios de violência doméstica e identificar algumas possíveis consequências desses episódios. A discussão será pautada no referencial teórico da psicanálise – mais especificamente a teoria do apego de John Bowlby e outros pensadores acerca do desenvolvimento psíquico infantil – e na correlação com a noção foucaultiana de biopoder e as contribuições de Bell Hooks para a construção de uma educação feminista.

1 METODOLOGIA

A metodologia escolhida para o presente trabalho foi o Estudo de Caso que segundo Gil (2002) consiste no “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Ainda segundo o autor, o Estudo de Caso é indicado quando se pretende:

Explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; preservar o caráter unitário do objeto estudado; descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; formular hipóteses ou desenvolver teorias e explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (Gil, 2002, p. 54).

A fim de identificar os sujeitos com perfil correspondente ao caso a ser estudado, estabeleceu-se, por intermédio da Secretaria de Assistência Social do município de São José dos Pinhais, a tentativa de contato com instituições de acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica, porém, ante o sigilo que as protege, a proposta de aproximação foi recusada. A segunda tentativa foi realizada por intermédio da Delegacia de Proteção às Mulheres, desta vez, com êxito.

O projeto foi intitulado Laços de Carinho e, a partir de uma carta-convite, vítimas que chegavam à Delegacia denunciando casos de violência e se enquadraram no perfil exigido⁵, passaram a receber tal documento, cuja entrega era realizada por estagiários do curso de Psicologia. O documento continha todas as informações acerca do propósito do estudo e os dados para contato.

Das quatro famílias que aceitaram o convite e autorizaram o contato, apenas uma compareceu na data agendada e iniciou o acompanhamento sugerido de seis encontros, sendo um por semana em dias previamente agendados. Os encontros ocorreram na sede da FAE - Centro Universitário - Campus São José dos Pinhais no período entre dezembro de 2024 a março de 2025.

Foram estipulados seis encontros de 90 a 120 minutos cada, em espaço institucional previamente definido junto à coordenação do curso de Psicologia, durante os quais dois pesquisadores permaneceram em contato com as crianças, e os outros dois em contato com a mãe, em salas separadas.

O grupo elaborou o roteiro da anamnese, composto por 29 perguntas alusivas a dados sociodemográficos e vivência subjetiva acerca da maternidade.

A fim de estabelecer o contrato psicológico e gerar vínculo, o grupo de pesquisadores montou o kit de boas-vindas, composto por itens que fomentaram o autocuidado da mãe, conquistaram a simpatia das crianças e contribuíram para a memorização do projeto (hidratantes, chocolates e pequenos laços feitos em crochê para fixação em porta de geladeira).

No que concerne às crianças, a proposta psicanalítica foi articulada com o brincar e, ao longo dos encontros, foram disponibilizados jogos, bonecas e materiais de desenho por meio dos quais elas pudessem expressar simbolicamente suas fantasias, desejos e percepções acerca da dinâmica familiar. Fraldas, lenços e alimentação tornaram-se necessários e foram providenciados ao longo dos encontros.

Durante quatro encontros a observação foi realizada separadamente e, nos dois últimos, o tempo foi dividido, sendo a maior parte destinada à observação da interação familiar, e o restante destinado ao propósito psicoeducacional aplicado exclusivamente à mãe.

Ao término de cada encontro as observações foram registradas por escrito e compartilhadas entre os pesquisadores.

⁵ Em consonância com o objetivo principal da pesquisa que versa sobre a relação entre mãe e filhos, optou-se por trabalhar com famílias compostas de genitora e, pelo menos, um(a) filho(a) com idade entre 0 e 6 anos.

2 DESCRIÇÃO DO CASO

A família selecionada para o presente estudo é composta pela mãe e três filhas com 1 ano e 7 meses, 6 anos e 10 anos. Ao longo do desenvolvimento prático da pesquisa foram observados os padrões éticos atinentes à privacidade dos sujeitos envolvidos, os quais, no âmbito teórico, passarão a ser identificados com J. (mãe), Y. (filha mais velha), S. (filha do meio) e A. (filha mais nova).

O contexto da família em questão, sobretudo no que concerne à mãe, é marcado por perdas, abandono, escassez e negligência, tanto material como emocional. Os pais de J. faleceram após uma briga que culminou no incêndio da casa onde moravam, razão pela qual ela, ainda bebê, junto com seus três irmãos passaram a residir em dois abrigos, um destinado para meninas e outro para meninos.

J., então bebê do sexo feminino, nunca foi adotada. Ao longo dos anos em que permaneceu abrigada perdeu o contato com os irmãos. Com a chegada da adolescência deixou de frequentar a escola e iniciou sua vida noturna instigada por meninas mais velhas igualmente abrigadas, algumas das quais exerciam a prostituição. J. limitava-se a frequentar as festas e, em uma delas, conheceu um traficante com o qual veio a casar e teve três filhas. Y., a filha mais velha, presenciou sucessivos episódios de violência, ameaça e abuso de substância entorpecente, todos perpetrados pelo pai e, em sua maior parte, dirigidos contra J. S., a filha do meio, tornou-se a predileta desse pai e viveu em um período mais tranquilo da relação. A., por sua vez, nasceu após a vigência de medidas protetivas requeridas por J. contra o marido, as quais culminaram no seu afastamento do lar. Atualmente J. convive com as três filhas. É beneficiária do Programa Bolsa Família cujos recursos asseguram o pagamento do aluguel e trabalha no comércio, especialmente bares e restaurantes, profissão por meio da qual sustenta a família.

J. conta que a partir dos 18 anos passou a conviver com o pai das crianças, o qual, com o passar do tempo, se revelou bastante ciumento. J. permanecia em casa, ou seja, parou de estudar e de trabalhar. Mesmo nessa circunstância convivia com o ciúme frequente do marido. Se o telefone tocasse, ela deveria atender prontamente, pois, do contrário, haveria consequências físicas. Telefonemas oriundos de operadores de telemarketing eram motivo de suspeita e ensejavam brigas violentas. Numa discussão, ele perfurou seu ombro esquerdo com uma taça quebrada, o que resultou numa cicatriz permanente.

Após uma breve separação, J. voltou a conviver com ele sob a condição de voltar a trabalhar e, assim, passou a exercer a função de caixa de supermercado, local onde o companheiro comparecia frequentemente. No dia do seu vigésimo aniversário, ele foi buscá-la no trabalho e, embora ela tenha insistido em permanecer em casa, resolveram sair para comemorar. No local combinado, encontraram alguns amigos e, após uma

amiga abraçá-la a fim de lhe desejar feliz aniversário, outro amigo fez o mesmo, momento em que seu marido a derrubou e passou a pisotear sua cabeça. J. conta que ninguém impedia seu marido, pois todos temiam represália. Ele colocou-a dentro do carro e, mesmo dirigindo, continuava deferindo-lhe tapas e socos, circunstância que culminou num acidente de trânsito. J. sofreu lesões na cabeça, nas costas, no rosto e, embora não soubesse que estava grávida, passou por uma curetagem em razão da morte do feto. Desse acidente resultou uma cicatriz que inicia na cabeça, passa pela testa e termina na lateral esquerda do rosto. J. recebeu alta hospitalar e, diante de novas promessas de mudança, voltou a morar com seu companheiro.

Desse relacionamento nasceu Y., que hoje conta com 10 anos de idade. J. afirma que Y. presenciou cenas fortes de violência e que mais de uma vez denunciou o marido, ocasiões nas quais residiu junto a uma instituição que abriga mulheres vítimas de violência em SJP. Mesmo diante de episódios recorrentes de violência, J. voltava a residir com o marido, e então nasceu a segunda filha chamada S., que atualmente conta com 5 anos de idade. Com a chegada de S., J. conseguiu convencer o marido a deixar as drogas e, como ele dizia não ter o perfil para trabalhar em empresas cumprindo ordens e horários pré-estabelecidos, optou por adquirir uma roçadeira e trabalhar cortando grama e mato, não obstante afirmasse ser uma atividade constrangedora, possivelmente em razão do poder que detinha na condição de traficante.

Os conflitos no relacionamento continuaram até que em um determinado dia J. pegou as crianças e, com a ajuda da Igreja que frequentava, se mudou, sem comunicar o marido para onde. No entanto, ele a encontrava e, embora ela não permitisse sua volta ao lar, respondia sim ao seu apelo por comida e banho. E foi durante um desses breves acolhimentos que a terceira filha foi concebida, a qual hoje conta com 1 ano e 7 meses.

Ao narrar esses fatos, J. se emociona constantemente. Relata que, em razão de ter passado a vida no abrigo, sempre carregou consigo o sonho de ter uma família, composta por pai, mãe e filhos. Ela perdeu o emprego e tem uma preocupação muito grande que um dia suas filhas sejam retiradas de sua convivência, mas enaltece que nunca vai deixar isso acontecer. Diz que aprendeu a dizer “não”, mas reconhece que tem dificuldade para isso. Conta que a filha mais velha sempre questiona a razão pela qual acolhe o pai em caráter eventual, num evidente ar de reprovação. J. relata uma preocupação com essa filha que, aos 10 anos de idade, é responsável pelo cuidado das irmãs mais novas para que a mãe possa ir trabalhar. Diz que Y. está exausta e que presenciou muitas cenas de violência. Ingressou com uma ação judicial em face do marido e da sogra almejando receber pensão alimentícia, o que culminou em atos de violência denunciados na Delegacia da Mulher, ensejando a instauração de medida protetiva.

J. afirma não apreciar contato físico. Não gosta de tocar e nem de ser tocada, razão pela qual as filhas a acusam de ser “ogra”.

Durante os encontros houve a promoção da escuta ativa e intervenção psico-educacional na forma de reflexão do próprio sujeito e iniciativa de comportamentos entendidos como essenciais para o estreitamento de laços entre mãe e filhas, dentre os quais é possível listar: o estímulo ao contato físico iniciado como um abraço seguido da expressão “eu te amo” direcional da mãe (J.) para as filhas todas as noites antes de dormir; iniciativa de J. em promoções de encontros exclusivos e mais frequentes com sua filha mais velha, Y. J. relata não dedicar atenção o suficiente para suprir suas demandas e diz também perceber a filha sobrecarregada, assim como o estímulo ao exercício da percepção de J. sobre o tempo limitado para diversas áreas da sua vida, buscando equilibra-lo entre as áreas que considera mais importantes e entendendo a quantia de energia psíquica necessária para realizar atividades relacionadas a essas áreas.

3 DISCUSSÃO

Segundo Silva (2024, p. 104) “o estudo da parentalidade refere-se aos laços parentais, aos vínculos afetivos que se estabelecem muito precocemente entre pais e filhos e que são a base na qual se constrói o processo de subjetivação, a vida psíquica do bebê”. Atualmente, entende-se que a questão da consanguinidade e outros aspectos biológicos representam um peso muito menor no que diz respeito ao desenvolvimento psíquico infantil e a ênfase agora recai por toda a relação afetiva que se estabelece antes mesmo do nascimento da criança. Tornar-se mãe ou pai faz parte de um processo de construção psíquica atravessado por um desejo anterior. Com efeito, a história dos pais, suas vivências afetivas infantis e todo seu percurso de desenvolvimento humano impactam diretamente a construção desse processo psíquico.

Junta-se a isso as questões estruturais presentes em nossa sociedade que constroem narrativas e processos inconscientes que são repetidos de geração em geração e potencializados a partir das características de cada tempo em que vivemos. Como exemplo desse fenômeno observa-se o machismo estrutural presente nas sociedades desde sempre, configurando mentalidades e se mostrando imune a qualquer tipo de processo evolutivo do ser humano.

Diante dessas primeiras reflexões teóricas pretende-se analisar o caso em questão sob três eixos teóricos a seguir:

3.1 MACHISMO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: AS FERRAMENTAS DO SISTEMA PATRIARCAL

As relações de poder intrafamiliares reproduzem, em menor escala, uma violência institucionalizada socialmente que, para Bell Hooks (2023), não é um sintoma, mas uma ferramenta histórica e cultural necessária para legitimar um sistema econômico que depende, necessariamente, da exploração de corpos marginalizados para a obtenção de lucro.

Nesse sentido, em seu discurso sobre interseccionalidade, a autora argumenta sobre a necessidade de analisar as dinâmicas de poder e questões sociais de forma sobreposta, em que um sujeito é atravessado pela interação de diversos fatores que definem sua identidade e podem representar um agravante para as violências que sofre, tais como gênero, etnia, classe, localização geográfica, sexualidade e deficiências, entre outros. Portanto, o número de casos de violência doméstica, sobretudo no Brasil, não deveria ser tratado apenas como uma questão isolada de gênero ou um recorte psicológico, mas sim por meio de uma leitura ampla que leve em consideração o contexto histórico de um país que fundou sua economia e mercado sobre a exploração de povos nativos e de africanos escravizados, já que a classe social mais afetada dentro da dinâmica da violência doméstica é a classe baixa bem como o recorte a partir do gênero, como uma performance normatizadora de papéis sociais. Nas palavras de Hooks:

A conscientização feminista revolucionária enfatizou a importância de aprender sobre o patriarcado como sistema de dominação, como ele se institucionalizou e como é disseminado e mantido. Compreender a maneira como a dominação masculina e o sexismo eram expressos no dia a dia conscientizou mulheres sobre como éramos vitimizadas, exploradas e, em piores cenários, oprimidas (Hooks, 2023, p. 25-26).

Nessa mesma perspectiva, a teoria do biopoder de Foucault (2015) complementa essa análise ao demonstrar como o Estado e as instituições disciplinam e regulam os corpos, reforçando hierarquias sociais e naturalizando a violência contra grupos marginalizados, como mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade. Foucault (2015) argumenta ainda que o biopoder atua na regulação das populações por meio de normas e discursos que moldam comportamentos, práticas e subjetividades. No contexto da violência doméstica, isso se manifesta na forma como o Estado e suas instituições legitimam e, muitas vezes, perpetuam a vulnerabilização de certos grupos. A precarização dos serviços de proteção, a burocracia para obtenção de medidas protetivas e a ausência de uma educação emancipatória são formas concretas do exercício desse poder, evidenciando que a violência não é apenas interpessoal, mas estruturada e mantida por mecanismos institucionais.

Diante disso, Hooks (2023) propõe a educação feminista como uma estratégia fundamental de intervenção. Se a violência doméstica e a marginalização são sustentadas por discursos normativos e estruturas institucionais, a desconstrução desses discursos passa necessariamente pela educação crítica. Ensinar sobre interseccionalidade, sobre o impacto das hierarquias de poder e sobre a importância da autonomia dos corpos se torna, então, um ato de resistência contra o biopoder e a normalização da violência. Nas palavras da autora de *O feminismo é para todo mundo*:

Se não trabalharmos para criar um movimento de massas que ofereça uma educação feminista para todas as pessoas, mulheres e homens, a informação negativa produzida pela maioria dos principais meios de comunicação continuará deturpando a teoria e a prática feminista. É impossível que a população deste país conheça as contribuições positivas que o movimento feminista gerou em nossas vidas se não destacarmos esses avanços. A cultura dominante frequentemente se apropria das contribuições feministas para o bem-estar de nossas comunidades e da sociedade e, em seguida, projeta representações negativas do feminismo. A maioria das pessoas não compreende as inúmeras maneiras pelas quais o feminismo transformou positivamente todas as nossas vidas. Compartilhar o pensamento e a prática feminista fortalece o movimento feminista. Os saberes feministas são para todas as pessoas (Hooks, 2023, p. 46).

Como é possível notar, Hooks destaca a importância de uma intervenção radical, ou seja, nas raízes, nas bases da educação, para que seja possível desvencilhar o ciclo de violência em torno da educação binariamente sexista e que ampara uma masculinidade tóxica legitimadora de violências, incluindo a doméstica.

Com efeito, Hooks lança mão da importante noção de “masculinidade feminista” para caracterizar aquilo que ela entende como uma proposta ideal. Para a autora:

O feminismo não é e nunca foi anti-homem, ele é, na vdd, anti-sexismo e o sistema patriarcal → ‘De forma simples, feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão. Essa foi uma definição para feminismo que apresentei há mais de dez anos no livro teoria feminista: das margens ao centro’ (Hooks, 2023, p. 10)

Para Hooks, a violência masculina contra as mulheres não é um objetivo comum na experiência de ser homem, mas sim uma ferramenta de um sistema estruturado social, economicamente e historicamente chamado patriarcado, o qual subjuga especialmente experiências do gênero feminino, porém impõe dinâmicas violentas a todos. Ao pensar no relato de J. é possível evidenciar a violência doméstica como ferramenta estruturante do sistema patriarcal. Ou seja, a casa feita de materiais recicláveis e o ciclo de violência já experienciado pela sua mãe podem ser entendidos como ambientes intensificadores de possíveis violências micro categorizadas em suas relações, assim como as violências

estruturais vividas através das instituições que ocuparam espaços em sua formação, como o abrigo que frequentou desde a primeira infância aos 18 anos de idade.

No caso de J., fatores como gênero, origem étnica, e classe social interagem para agravar sua vulnerabilidade. Ademais, sob a ótica de Foucault (2015), pensando na esfera do conceito de biopoder, a estratégia de regulação e regulamentação moderna dos corpos através das instituições que escoam nas microrrelações com a intenção da produção de corpos dóceis, os quais não mostraram resistência ao serem confrontados, J. teve sua subjetividade moldada e diversas vezes limitada tanto por questões infraestruturais, como do abrigo ou do sistema educacional, assim como pelas restrições impostas por seu ex-companheiro.

À luz do biopoder, as punições físicas e emocionais, assim como a vigilância constante do parceiro sobre sua liberdade estimularam a perpetuação da submissão, assim como a falta de autonomia financeira a qual J. fora submetida, e essa seria uma exemplificação das estratégias microfísicas da dominação masculina estimuladas pelos ciclos a qual J. foi exposta.

Com efeito, o percurso desenvolvido por J. no abrigo, seu relato sobre a falta de repertório emocional e conhecimento restrito acerca de informações básicas sobre sexualidade – como a forma correta de usar um absorvente, um preservativo ou reconhecer a menarca – evidenciam o movimento de exclusão social. Nesse sentido, J. descreve que muitas de suas companheiras do abrigo envolveram-se com a prostituição de maneira precoce e por influência dessas amigas passou a frequentar casas noturnas, desenvolvendo sua subjetividade atravessada pela falta de informação, a qual chama de “inocência” e “influência fácil” (SIC). Segundo J., foi em uma dessas experiências que conheceu e iniciou um relacionamento com seu ex-companheiro.

A essa dinâmica Mbembe (2018) atribui o nome de “necropoder” e “necropolítica”, a negligência do Estado em oferecer suporte efetivo a J. e suas filhas, mesmo diante de repetidas situações de violência, também reflete essa lógica de exclusão. Portanto, a filosofia proposta por Mbembe (2018) marca as violências as quais determinados grupos minorizados são geracionalmente expostos.

A partir da análise da linguagem e escuta ativa da paciente, procurou-se orientar J. acerca dos ciclos da violência que a cercam e que, apesar de não ter dado continuidade ao contato com o ex-companheiro, constantemente envolve-se em situações de exposição a diferentes tipos de violência. Diante desse contexto, atividades de reflexão propuseram um olhar para a relação com as filhas e a importância de preservar sua saúde e integridade para que fortalecida possa ajudar quem gostaria dentro dos limites cabíveis.

Não obstante, foi estimulado o reforço dos laços com as filhas, igualmente com a intenção do cuidado à autoestima e autoconfiança das crianças, com a finalidade de proporcionar protagonismo e consciência da não naturalização da violência para o cultivo de ciclos mais saudáveis, bem como o desenvolvimento de atividades que reforcem a ideia de pertencimento em Y. S. e A. Tais dinâmicas foram pautadas pela teoria da educação emancipatória de Bell Hooks (2023), que afirma que “a educação feminista para a consciência política deve começar na primeira infância [...]” (Hooks, 2023, p. 24), reconhecendo a importância de promover consciência crítica desde cedo a respeito das estruturas de dominação e da possibilidade de outros modos de existir para além do lugar de vítima. A autora reforça ainda que “[..] a educação feminista para a consciência política deve começar na primeira infância. A maneira como educamos as meninas e os meninos para entender e resistir ao sexismo será a base para acabar com a dominação patriarcal” (Hooks, 2023, p. 24).

3.2 JOHN BOWLBY E A TEORIA DO APEGO

O desafio de manter o sujeito consciente das suas circunstâncias atuais e pretéritas é fundamental para viabilizar possibilidades futuras. Só depois que o paciente se torna emocionalmente consciente da sua situação emocional, pode-se esperar alguma mudança terapêutica. Nesse processo de conscientização, duas ações foram fundamentais ao desenvolvimento do presente estudo: compreender as experiências afetivas precoces e atuais ao longo da escuta psicanalítica e interpretá-las de acordo com a ciência.

A fim de cumprir essas ações, os dados coletados foram cotejados com os ensinamentos oriundos da teoria de John Bowlby que orientou o propósito voltado não só ao fortalecimento de vínculos, mas também à ressignificação de ciclos permeados por violência e, máxime, a mitigação de eventuais riscos psicopatológicos que possam afetar as crianças da família em questão. Acerca desses riscos, Bowlby (2004, p. 300) afirma o seguinte:

[...] bebês amarem suas mães e mães amarem seus bebês é considerado axiomático e intrínseco à própria natureza humana. Consequentemente, sempre que, durante o desenvolvimento de algum indivíduo, esses padrões se tornam acentuadamente diferentes da norma, como ocasionalmente acontece, todos estão dispostos a julgar a condição como patológica.

A propósito, segundo o Relatório Mundial da Saúde (OMS), “[...] a criança privada de afeto por parte de seus cuidadores tem mais probabilidades de manifestar perturbações mentais e comportamentais, seja durante a infância ou numa fase posterior da vida” (OMS, 2002, p. 42).

A fim de assegurar a compreensão desses ensinamentos, é relevante ter em mente que John Bowlby foi psicólogo, psiquiatra e psicanalista. Durante a II Guerra Mundial atuou como médico e, nesse contexto hostil, observou de perto o desconforto e a ansiedade de crianças que se separavam de seus cuidadores. A observação pessoal de órfãos consistiu, portanto, no início de um longo estudo dos efeitos do cuidado materno nos primeiros anos de vida. Bowlby (2004) constatou que o bebê requer proximidade, proteção e segurança. Sintetizou essa necessidade com a expressão “apego” e concluiu que a estimulação saudável desse sistema repercute não só nas respostas afetivas, mas também no desenvolvimento cognitivo da criança e, sobretudo, na possibilidade de acreditar em si própria, de tornar-se independente e de explorar sua liberdade.

O pressuposto básico da Teoria de Bowlby é de que as primeiras relações, estabelecidas na infância, afetam o estilo de apego do sujeito ao longo de sua vida. A consistência dos procedimentos de cuidado, a sensibilidade e responsividade dos cuidadores permanecerão registradas na mente do sujeito, tendendo a se manter na vida adulta e ser reforçado na interação com os outros. Segundo o autor:

[...] os padrões de interação se transmitem, mais ou menos fielmente, de geração para geração, porque, sob todos os aspectos referidos, as crianças tendem, involuntariamente, a identificar-se com os pais e, portanto, a adotar para com seus filhos, quando se tornam pais, os mesmos padrões de que tiveram experiência na infância. Assim, a herança da saúde mental ou da enfermidade mental, transmitida através da microcultura familiar, não é menos importante e talvez seja muito mais importante do que a herança transmitida através dos genes” (Bowlby, 2004, p. 390).

A partir dos conhecimentos científicos desenvolvidos por Bowlby observa-se que a história de J. e o abandono do qual foi vítima em tenra idade conferiu-lhe como herança a dificuldade em transmitir amor às filhas. J. conta que seu pai agredia sua mãe fisicamente e que, durante um confronto, a fim de proteger os filhos, sua mãe os escondeu em uma valeta situada ao lado da casa, ocasião em que o pai derrubou uma vela acesa, dando início ao incêndio que culminou na morte do casal dentro da moradia tomada pelo fogo. Após dois dias, as crianças foram encontradas na valeta e encaminhadas ao abrigo, local onde ela morou entre os três meses até os dezoito anos de idade, sendo separada de seus irmãos.

As circunstâncias a serem consideradas no caso de J. consistem, portanto, no relacionamento violento havido entre seus pais, a morte trágica de ambos, sua entrega ao cuidado de pessoas estranhas, num lugar estranho, aliado à separação de seus irmãos e ao fato de nunca ter sido adotada mesmo sendo um bebê do sexo feminino, correspondente, portanto, ao perfil notoriamente preferido por casais habilitados como pretendentes à adoção. O desamparo, portanto, manifestou-se em relação aos pais, aos irmãos e até mesmo diante da chance (nunca concretizada) de ser acolhida por uma família substituta.

Segundo Bowlby (2004), em situações de desamparo infantil a variável de maior peso é, de longe, a perda da mãe, haja vista que tal fato enseja modificação significativa no ambiente em que a criança está adaptada para desenvolver-se de modo saudável. J. foi compelida a funcionar num ambiente para o qual seu sistema de comportamento nunca foi adaptado e os efeitos dessa circunstância nunca foram mitigados. A respeito do tema o autor assevera:

Somente em seu meio ambiente de adaptabilidade se pode esperar que um sistema funcione eficientemente. Em qualquer outro meio ambiente não se pode esperar que isso aconteça. Em alguns desses casos um sistema poderá até funcionar razoavelmente bem; em outros, não funciona; e ainda em outros origina um comportamento que na melhor das hipóteses é incomum e, na pior, positivamente desfavorável à sobrevivência (Bowlby, 2004, p. 53).

Apesar de, ao longo de milênios, o ser humano ter criado ambientes inteiramente novos e artificiais, Bowlby (2004) constatou que o vínculo entre uma mãe e seu filho está sempre presente e virtualmente inalterado, enfatizando que o comportamento maternal funciona dentro de certos limites variáveis, mas não fora deles.

J., contudo, não desfrutou desse vínculo, tampouco teve o ambiente familiar substituído por outro, vindo a desenvolver-se numa instituição estigmatizada pelo abandono, em um contexto em que seu sofrimento psíquico contribuiu para uma sucessão de decisões manifestamente contrárias ao seu bem-estar.

Nessa conjuntura de desarrimo afetivo, nenhuma medida foi tomada para salvaguardar a saúde mental de J., surgindo, então, o ambiente propício para que os efeitos nocivos da privação materna repercutissem sobre o desenvolvimento de sua personalidade. Não há histórico de quaisquer ações que suavizassem as sequelas. A desolação enfrentada nos primeiros anos de vida fez com que a angústia permanecesse ativa em J., ensejando danos tão graves ao seu ego a ponto de sua vulnerabilidade torná-la o estereótipo da vítima de ciclos de violência.

Seu padrão interno acerca de apego foi muito instável ao longo da infância e da adolescência, o que levou J. a submeter o controle de sua vida a um homem que, durante 15 anos, exerceu sobre ela toda forma de poder, restrição e violência, cujas marcas são retratadas nas cicatrizes que seu corpo carrega, notadamente na face: um sulco que se inicia na testa, passa entre os olhos, se espraia pela bochecha esquerda e termina no queixo. O comportamento de apego direcionou-a a ir em busca de segurança e, quando não encontrada, falsos indícios de boas intenções, manifestados por um homem violento, foram suficientes para satisfazer o desejo inconsciente de uma criança que habita em sua mente e ainda anseia pelo amor e a presença da mãe.

Os estímulos provocados por essa figura masculina eliciaram em J. comportamentos sobrepostos de ordem sexual, parental e de apego. Embora se trate de sistemas afetivos distintos, todos se dirigiram a um só objeto idealizado ora como amante, ora como pai, ora como irmão, os quais, aliás, foram removidos da sua infância em razão da morte (pai) e da separação (irmão).

Sobre tais comportamentos, conveniente se torna a seguinte menção aos ensinamentos de Bowlby:

Não é incomum um indivíduo tratar um parceiro sexual como se este fosse o pai (ou a mãe) e, reciprocamente, o parceiro pode retribuir esse tratamento adotando também uma atitude parental. Uma explicação possível e provável do comportamento do parceiro que assume o papel juvenil é que, nesse parceiro, não só o comportamento de apego persistiu na vida adulta, o que é usual, mas também continuou, por alguma razão, sendo quase tão facilmente eliciado quanto numa criança pequena, o que não é usual (Bowlby, 2004, p. 290).

A sucessão de abandonos experimentados por J. ao longo da vida, aliada aos maus-tratos praticados por esse marido, são eventos que impuseram exigências excessivas à sua personalidade. Mas quando as consequências da violência se tornaram mais graves que o desamparo afetivo, J. promoveu mudanças em seu ambiente e distanciou-se desse homem, todavia, a ausência de um sistema de apego saudável em sua trajetória se projetou sobre a relação que mantém com as filhas.

A experiência de perda original não só da mãe, mas de toda a família, vem impedindo que seus cuidados maternos tenham significado, repercutindo, destarte, sobre a afeição e confiança das filhas, contexto que torna o laço cada vez mais frágil e, aos poucos, materializa o risco inerente ao desapego: apatia, indiferença, egocentrismo, insegurança, ansiedade e depressão. O toque, também compreendido pela psicanálise como uma forma de linguagem, não era desenvolvido, e as próprias filhas qualificavam as ações da mãe como as de uma “ogra”.

Embora J. expresse o anseio de ter maior tempo de qualidade com as filhas, o processo mental inconsciente deu indícios do contrário, notadamente em situações nas quais a descarga de energia psíquica acarreta um comportamento contrário à sobredita intenção de proximidade. A evidência dessa constatação é extraída da maneira com que J. respondia a eventuais queixas das filhas: “Se aqui não está bom, fale na escola para que eles entrem em contato com o Conselho Tutelar. Se aqui não está bom, vão morar no abrigo” (SIC).⁶

J. ignorava que muito do que as filhas aprendem deriva da imitação do que a mãe faz, circunstância que, uma vez elucidada, abriu portas para o desenvolvimento

⁶ Entrevista concedida aos autores em 24 de fevereiro de 2025.

da psicoeducação, inicialmente voltada à manutenção de limites estáveis na distância havida entre a mãe e as filhas e, posteriormente, com o propósito de diminuir essa distância e estimular um equilíbrio dinâmico.

Ao compreender seu sofrimento pretérito e, sobretudo, ao ver seu sofrimento sendo reconhecido por meio da escuta, J. foi receptiva às ferramentas por meio das quais se almejou inibir a angústia das filhas e, conseqüentemente, melhorar o desenvolvimento psicossocial. Ao reconhecer sofrimentos inaceitáveis, J. promoveu esforços de transformação. Ela compreendeu que as filhas pertenciam ao seu campo pulsional e que, nessa condição, tudo que as afeta invariavelmente a afetaria também, contagiando potenciais sofrimentos psíquicos.

A proposta de um relacionamento carinhoso, íntimo e contínuo com as filhas se projetou para sua vida pessoal, uma vez que J. retomou sua vida social e amorosa. A partir de três encontros íntimos com um homem, ela voltou a olhar para si e promoveu cuidados pessoais.

Contudo, no decorrer da psicoterapia constatou-se que os êxitos pontuais do propósito psicoeducacional representam apenas um lado de uma moeda cuja face contrária revela um gozo inacessível às palavras, aparecendo para J. nos comportamentos repetitivos ligados à pulsão de morte, os quais afetam negativamente o vínculo com as filhas. J. está familiarizada com circunstâncias nas quais a violência, real ou simbólica, se faça presente, seja ao defender uma vítima em potencial, seja ao invocar a presença de uma figura masculina cujo poder implique intimidação aos seus desafetos, muito embora ela própria não reconheça a ameaça que tal figura, aliás, bastante idealizada, representa a si mesma.

Nas relações de trabalho, diante de advertências supostamente constrangedoras dirigidas aos seus pares, J. promove a defesa deles, e o faz publicamente, fragilizando a autoridade do seu superior hierárquico. Ao proteger terceiros a partir de um gatilho consistente numa suposta violência verbal, J. protege a si mesma do passado, circunstância que acarretou a perda do emprego e, conseqüentemente, da fonte de renda por meio da qual provê a si e as filhas, expondo-se, reiteradamente, a uma das formas de vulnerabilidade com as quais está familiarizada.

Nas relações sociais, diante de desentendimentos provocados por um suposto amigo, J. invoca a presença de um homem com o qual mantém um relacionamento virtual. Ele se dirige ao local ostentando seu poder por meio do porte de arma de fogo e de sinais marcados no corpo que comunicam seu envolvimento com o PCC (Primeiro Comando da Capital), exercendo uma linguagem verbal e não verbal que ostenta *status*, poder e controle. J. se sente tão atraída por essa demonstração de virilidade, a ponto de desconsiderar os riscos que tal homem e tal ambiente implicam a si própria,

haja vista a presença de drogas, álcool e a possibilidade de um flagrante policial. Ela encontra nesse homem a proteção contra possíveis ameaças, não obstante o risco de também tornar-se uma vítima dele. Sobre esse desejo de proteção, oportuna a menção aos ensinamentos de Bowlby:

Em primeiro lugar, por que o comportamento de apego persistiria na vida adulta, muito depois da aprendizagem estar completa, como ocorre em tantos mamíferos? E, além disso, por que seria especialmente persistente nas fêmeas? (...) A sugestão de que a vantagem essencial conferida a um animal pelo comportamento de apego é a proteção contra predadores introduz uma linha de argumentação que, conhecida de todos os naturalistas do campo, continua sendo quase desconhecida de psicólogos e psicanalistas. Entretanto, não pode haver dúvida de que, para animais de todas as espécies, o perigo de morte em consequência de um ataque ou agressão é tão grande quanto o perigo de morte pela fome. (...) Assim, o equipamento comportamental que protege dos predadores é tão importante quanto o equipamento que leva à nutrição ou à reprodução. Este fato elementar da natureza é esquecido com demasiada frequência num laboratório ou num meio ambiente urbano. (...) A descoberta paradoxal de que quanto mais punição um jovem recebe mais forte se torna seu apego à figura punitiva, muito difícil de explicar com base em qualquer outra teoria, é compatível com o ponto de vista de que a função do comportamento de apego é a proteção contra predadores (Bowlby, 2004, p. 280-281).

Possivelmente J. aprendeu que, ao longo de uma vida caracterizada pela presença de pessoas violentas, apegar-se a um deles seria uma forma de proteger-se contra os demais, e assim continua a agir inconscientemente.

Das relações de amizade extrai-se um fato que chama a atenção no processo psicanalítico: J. assumiu a responsabilidade pela conduta de uma amiga que, embora acompanhada do namorado, flertava com outro homem. J. tomou para si a autoria de tal comportamento a fim atenuar a revolta do namorado, envolvendo-se em um acidente automobilístico causado por esse mesmo homem, cujo ego reafirmava a virilidade ferida mediante manobras perigosas. Dessas manobras resultou uma colisão contra um poste, o que acarretou lesões ao corpo de J. E assim agindo, novamente J. se protege de um passado que não foi ressignificado.

Com efeito, nota-se que J. responde prontamente aos estímulos sociais nos quais encontra uma oportunidade de dirigir seu apego a amigos, amigas e possíveis amantes, idealizando a formação de um vínculo que nunca existiu ao longo de sua infância. A intensidade de tais interações a mantém centrada em si mesma, fragilizando, por consequência, o processo de interação com as filhas, sobretudo no que diz respeito ao tempo, à qualidade e ao desejo de responder às demandas das crianças. A força desses comportamentos é tão intensa a ponto de provocar um distanciamento entre elas, tornando a manutenção da proximidade um desafio.

A fala motivada por meio de comparações com ambientes e relacionamentos anteriores, levou J. a identificar certos padrões, os quais são comuns a lugares e aos homens pelos quais se sente atraída, padrões especialmente relacionados com manifestações de poder, que decorrem da sua acentuada tendência para responder socialmente a certos tipos de estímulos (mais arriscados), mas não a outros (mais seguros).

Há indícios de que contextos hostis caracterizados pela presença de drogas, de álcool e de homens agressivos guardam íntima relação com o seu passado e potencializam seu desinteresse em relacionamentos que denotem um potencial pacífico, sereno e seguro. Esse contexto encontra embasamento na teoria de Bowlby (2004, p. 257) quando ele nos ensina que “o comportamento de apego na vida adulta é uma continuação direta do comportamento na infância”. Questionada sobre eventual semelhança de tais eventos com sua vida pretérita, ela reconhece a familiaridade e promove um exercício de autoconhecimento carregado em lágrimas, manifestando o que parece ser um entendimento mais elevado acerca do conflito que há entre seus desejos e as ações que dele resultam, englobando a repercussão sobre suas filhas. Ela disse: “sou muito intensa e fico me expondo demais” (SIC)⁷.

As consequências desagradáveis, longe de serem apenas um risco ao melhor interesse das filhas, passaram a reforçar em J. o compromisso de identificar gatilhos e reavaliar suas escolhas, formando um cenário no qual o propósito psicoeducacional pôde ser desenvolvido com maior ênfase, especialmente diante da extensa repercussão de suas decisões sobre o dever de segurança e cuidado dirigido à Y., S. e A. Acerca dessa intervenção, encontra-se nas palavras de Bowlby que

[...] quanto mais fortemente um processo avaliado for sentido e quanto mais agudamente forem experimentadas, como agradáveis ou dolorosas, as consequências de algum comportamento, mais rápida e persistente será a aprendizagem. Como a formação de laços afetivos é comumente experimentada como intensamente agradável, não surpreende que esses laços amiúde se desenvolvam rapidamente e, uma vez estabelecidos, sejam capazes de ser duradouros (Bowlby, 2004, p. 141).

A partir de períodos de sofrimento J. volta a empreender energia em ações favoráveis ao seu desenvolvimento pessoal, as quais se projetam positivamente sobre a relação com as filhas. Essa constatação vai ao encontro dos ensinamentos de Bowlby (2004, p. 143) que diz: “só depois que o paciente se torna emocionalmente consciente de como e do que está sentindo pode-se esperar alguma mudança terapêutica”. As iniciativas voltadas à diminuição da distância havida entre a mãe e as filhas tiveram raízes no processo psicanalítico que, além da escuta, promoveu uma linguagem voltada

⁷ Entrevista concedida aos autores em 29 de abril de 2025.

ao propósito psicoeducacional, norteadas pelo sentimento que o autor descreve da seguinte maneira:

[...] Enquanto uma criança está na presença incontestada de uma figura principal de apego, ou a tem ao seu alcance, sente-se segura e tranquila. Uma ameaça de perda gera ansiedade, e uma perda real, tristeza profunda; ambas as situações podem, além disso, despertar cólera” (Bowlby, 2004, p. 259).

A seguir serão apresentadas algumas análises realizadas a partir da observação das filhas de J. no processo de “brincar” durante os atendimentos:

3.3 A IMPORTÂNCIA DOS CUIDADOS MATERNAIS PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Bowlby afirma:

[...] ser essencial à saúde mental que o bebê e a criança pequena tenham a vivência de uma relação calorosa, íntima e contínua com a mãe (ou mãe substituta permanente – uma pessoa que desempenha, regular e constantemente, o papel de mãe para eles), na qual ambos encontram satisfação e prazer (Bowlby, 2001, p. 3).

Para Donald Winnicott (1896-1971), pediatra e psicanalista britânico que revolucionou a psicologia do desenvolvimento ao destacar a importância do ambiente e do brincar como parte do processo do surgimento do “*self verdadeiro*” onde emerge uma sensação autêntica de identidade no momento em que a criança se sente segura para expressar seus impulsos, angústias e desejos em um ambiente seguro sem medo de julgamento (Winnicott, 2005).

Nesse sentido, o ambiente e espaço físico onde as observações foram realizadas, ainda que limitados, serviram ao que Winnicott define como espaço transicional, que é uma área intermediária entre a realidade interna composta pelas fantasias e emoções da criança e a realidade externa, que é o mundo objetivo.

Durante as observações, S. demonstrou em diversas ocasiões conteúdos internos marcados por angústia, agressividade e conflitos. Um dos episódios mais evidentes relacionados à manifestação de conteúdos agressivos e hostis ocorreu no primeiro encontro, onde S. simulou o esfaqueamento de uma figura masculina (representada pelo professor orientador) por meio de uma boneca do sexo feminino, complementado pela frase “[...] vai, finge que morre! [...] ela está se vingando [...]” (SIC).⁸ Esse episódio sinalizou a elaboração de sentimentos hostis provavelmente relacionados à instabilidade

⁸ Informação verbal registrada pelos autores durante as observações em 07 de dezembro de 2024.

familiar e ausência paterna representada pela frase “meu pai usa droga, ele não mora com a gente [...] não sei onde ele está e nem se está vivo” (SIC).⁹ Quando questionada sobre mais detalhes ela complementa: “não contem isso pra minha mãe e irmã. Elas não gostam que eu diga essas coisas, é um segredo” (SIC).¹⁰

Winnicott (2021) chama de “mãe suficientemente boa” a genitora (ou cuidadora primária) que, nas fases iniciais da vida da criança, responde de maneira sensível e consistente suas necessidades físicas e emocionais. As “falhas” graduais e progressivas possibilitam que a criança desenvolva mecanismos individuais e autônomos para o enfrentamento das necessidades e angústias. Tais falhas não constituem uma negligência por parte do cuidador, mas sim um processo natural de adaptar a criança à realidade, desde que tais adaptações não sejam abruptas ou traumáticas.

Os cuidados maternos iniciais descritos por Winnicott (2001) contemplam três pilares fundamentais: *holding* (segurar), *handling* (manipular) e *object-presenting* (apresentação de objetos). Falhas sistemáticas nestes pilares podem comprometer a constituição do *self* e levar a distúrbios emocionais, regressões e adoecimento psíquico.

O *holding* pode ser entendido como o suporte físico e emocional que a mãe (ou cuidadora principal) oferece à criança, protegendo-a de desconfortos físicos, considerando a imaturidade física do bebê. Mais do que apenas a forma de segurar o bebê, o *holding* abrange toda a rotina de cuidados essenciais, como mantê-lo aquecido, garantir a temperatura certa para o banho, a higiene e a alimentação no tempo certo (Winnicott, 2001). Nesse aspecto, notou-se falhas no processo de *holding* oriundo da genitora em questão com a filha caçula, A., onde em um dos atendimentos a criança urinou por três vezes, não possuindo as fraldas e objetos de cuidado necessários para efetuar a troca adequada, sendo necessário os pesquisadores utilizar dos recursos disponíveis no ambiente para atender a esta necessidade de maneira paliativa. A recorrência de episódios onde os pesquisadores eram requisitados para suprir as carências e acolher fisicamente e de maneira afetiva as crianças, principalmente as mais novas, reforçou a hipótese de que a maternidade, embora presente, estava fragilizada no que é relacionado às funções básicas de cuidado, demonstrando desta maneira a existência de lacunas no relacionamento entre mãe e filha.

Outras lacunas presentes na relação foram, por diversas vezes, mencionadas em falas isoladas de S. durante as observações, tais como: “[...] minha mãe quando chega em casa só quer dormir [...]. Ela não gasta o dinheiro com comida” (sic)¹¹. As

⁹ Informação verbal registrada pelos autores durante as observações em 07 de dezembro de 2024.

¹⁰ Informação verbal registrada pelos autores durante as observações em 07 de dezembro de 2024.

¹¹ Informação verbal registrada pelos autores durante as observações em 31 de março de 2025.

constantes chamadas por atenção ao que ela fazia reforçou a hipótese de que os cuidados e afetos recebidos da genitora eram, de certa forma, insuficientes e não atendiam completamente às necessidades de S. e suas irmãs.

Ao avaliar de forma descritiva, o “brincar” e toda a simbologia que ele oferece, possibilitou-se uma aproximação entre a teoria proposta por Bowlby (2001) e a análise dos comportamentos apresentados por S., A. e Y. durante a permanência de J. nos encontros. Houve alguns deles em que a mãe foi conduzida a uma sala diferente da qual as crianças permaneceram sob os cuidados dos pesquisadores. Durante alguns desses movimentos, foi observado uma demanda constante por atenção e validação por parte de S. que parece funcionar como tentativa de garantir a permanência psíquica do outro, buscando constante aprovação verbal, física ou visual e frustrando-se rapidamente ao não receber atenção imediata. Bowlby (2001) afirma que a privação parcial pode ocasionar demandas específicas de amor e resultar em sentimentos hostis como a vingança seguidos de sentimento de culpa

Com efeito, Y. apresentou necessidade de controle nas interações e brincadeiras, decidindo quais brincadeiras seriam realizadas e constantemente corrigindo as irmãs quando as regras do jogo não eram seguidas adequadamente, o que pode indicar uma tentativa de reduzir a imprevisibilidade do ambiente, possivelmente refletindo experiências precoces de insegurança relacional. As regras impostas no brincar e a rigidez com que são mantidas podem apontar para uma defesa contra sentimentos de vulnerabilidade.

Ademais, A. apresentou um comportamento curioso e exploratório, mantendo contato visual e buscando entender e participar das brincadeiras de alguma forma, porém não se distanciou da mãe, J, por longos períodos. Assim que a mãe se distanciava, A. a buscava. Nesse sentido, durante os momentos lúdicos, A. teve a atenção da mãe voltada para ela na maior parte das vezes, tanto em relação ao olhar quanto ao estímulo verbal. A. respondeu a essas ações de encorajamento da mãe continuando a desenvolver brincadeiras.

A respeito do conteúdo do brincar de A., é possível observar uma desorganização contextual considerada típica para sua idade, com pouca ou nenhuma verbalização na maior parte das vezes, sendo que, diferente de S., busca pouca aprovação dos adultos e desenvolve iniciativas próprias acerca da forma que deseja jogar. A. reproduziu várias vezes os movimentos realizados pelas irmãs na iniciativa de brincar, seja montando quebra-cabeças ou rabiscando no quadro, demonstrando orgulho de seus resultados e buscando maneiras de diversificar as formas de brincar.

Como exemplo, é interessante relacionar uma fala de J. a respeito de uma possível mudança de ciclos após o nascimento de A. com a demonstração mais segura do apego dessa criança. J. afirmou que após o nascimento de A. cortou, definitivamente, vínculos

com seu ex-companheiro e com sua sogra. Sendo assim, A. não presenciou nenhuma situação de violência. Além disso, J. buscou medidas legais e sociais para ter mais acessos e mudanças em sua situação financeira em prol das filhas e descreveu que se sente mais à vontade para manter relações de contato físico com A., como abraços ou oferecer colo com proximidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de avanços e retrocessos, a intervenção psicanalítica propiciou o desenvolvimento da psicoeducação e, por meio dela, estímulos embasados na ciência eliciaram em J. respostas compatíveis com novas estratégias comportamentais, favoráveis ao estreitamento do vínculo com as filhas.

Ações específicas como beijar a face e dizer “eu te amo” foram lançadas como desafios pessoais, os quais foram cumpridos ao longo do processo terapêutico. Equilibrar as atividades do cotidiano e inserir na rotina encontros mensais exclusivamente com a filha mais velha também foram aceitos e colocados em prática.

No que diz respeito à filha mais nova (com 1 ano e sete meses), J. recebeu orientações sobre como os bebês são acalmados ao serem levados ao colo, ao serem acariciados, ao falarem com ele, balbuciando e sorrindo quando a figura de apego lhes responde de um modo social, simplesmente prestando um pouco mais de atenção.

As escolhas e despesas de cunho social foram redirecionadas ao cuidado com a casa e as filhas. Após um feriado na praia em companhia das crianças e de um namorado casual, J. rompeu a relação ao constatar que o perfil do parceiro não correspondia às suas exigências, mas alegrou-se com a felicidade que propiciou às meninas e com a perspectiva de fazer escolhas favoráveis aos seus interesses.

J. matriculou-se no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEJA) e terá aulas presenciais três vezes por semana, direcionando sua atenção para um contexto no qual poderá estabelecer conexões que, ao invés de deletérias, contribuam para seu aprimoramento, evidenciando, assim, um comportamento favorável a si própria e exemplar para as filhas.

Assuntos de interesse da filha mais velha, em especial o acampamento de um grupo escolar adventista denominado Desbravadores, foram erigidos à condição de prioridade. O envolvimento nas brincadeiras com as crianças, especialmente as atividades relacionadas a jogos e mímicas, foram reconhecidas como um meio onde J. se sente confortável para interagir e educar, reforçando a conexão com as crianças. Foi

explicado que, por meio da atividade lúdica, a mãe também estimula o comportamento exploratório das filhas, desenvolvendo a face positiva da antítese do apego, qual seja, a percepção de que as filhas podem se afastar momentaneamente e em segurança.

Tão importante quanto as novas práticas acatadas e desenvolvidas por J. em relação à prole, foi o monitoramento que ela própria passou a desenvolver acerca de seus retrocessos e progressos comportamentais, notadamente a repercussão de seus desejos em relação às filhas, sobretudo os saudáveis.

Ações praticadas por J. cujas consequências foram concreta ou potencialmente prejudiciais às filhas, criaram o ambiente propício para o reforçamento da importância de sua disponibilidade materna, sua presença e responsividade, traçando, como que em pontilhado, os movimentos a serem feitos para desenvolver um apego saudável, mediante o qual essa família desenvolva, a partir da mãe, a conscientização acerca da possibilidade de construir e ocupar um lugar não só distante da violência, mas também, e sobretudo, favorável ao desenvolvimento de cada integrante, de acordo com as vicissitudes próprias de cada faixa etária, uma vez que se trata de quatro mulheres em idades distintas.

Não obstante, pôde-se notar o impacto do atravessamento das relações de poder na construção das subjetividades. J. é representante de uma engrenagem onde a violência é, por vezes, naturalizada e consolidada nas narrativas e comportamentos, dificultando, inclusive, a percepção daqueles que são vítimas. O combate à violência, sobretudo, a doméstica, deve ser um compromisso de todos e pode-se notar que a proposta de Hooks sobre uma educação feminista que desmistifica as distorções aplicadas a esse importante conceito apresenta-se como um importante caminho para a promoção de uma sociedade mais justa e humana.

Por fim, diante das limitações próprias de qualquer intervenção psicológica, procurou-se fomentar – por meio dos encontros com a família e amparados nas teorias dos autores citados – a possibilidade de desenvolvimento de um ambiente mais saudável onde alguns vínculos fragilizados foram erigidos ao patamar de laços de carinho.

REFERÊNCIAS

- BOWLBY, John. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BOWLBY, John. **Cuidados Maternos e Saúde Mental**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BOWLBY, John. **Apego e Perda: separação: angústia e raiva**, São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. SINESP – Dados Nacionais de Segurança Pública. **Gov.br**, Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica>. Acesso em: 23 fev. 2025.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2015.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUTMAN, Laura. **A maternidade e o encontro com a própria sombra**. Rio de Janeiro: BestSeller, 2024.
- HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2023.
- IACONELLI, Vera. **Manifesto Antimaternalista**. Psicanálise e Políticas de Reprodução. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- SILVA, Maria Cecília Pereira. **A construção da parentalidade**. São Paulo: Blucher, 2024.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. Mental Health: New Understanding, New Hope. **Direção-Geral da Saúde, OMS**, Lisboa, abr. 2002. ISBN 972-675-082-2.
- WINNICOTT, Donald Woods. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2021.
- WINNICOTT, Donald Woods. **Playing and Reality**. 2 ed. Londres: Routledge, 2005.